



ATA NÚMERO 04/2003

1 Aos **vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e três**, com início às quinze horas e
2 vinte e cinco minutos, na Agência da Lagoa Mirim, Auditório Luís Simões Lopes, sito à rua
3 Lobo da Costa, 447, realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da
4 Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela Professora **Inguelore**
5 **Scheunemann de Souza**, Magnífica Reitora, sua Presidente, com a participação dos seguintes
6 Conselheiros: **Paulo Roberto Soares de Pinho**, Pró-Reitor Administrativo; **Paulo Silveira**
7 **Júnior**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Marcos Antonio Bacarin**, substituto
8 do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Anne Marie Moor**, Pró-Reitora de Graduação;
9 **Francisco Elifalete Xavier**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Cesar Valmor Rombaldi**,
10 Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Angela Maria Nunes Maas**, Diretora da
11 Faculdade de Odontologia; **Lia Palazzo Rodrigues**, Diretora da Faculdade de Direito; **Isabel**
12 **Porto Nogueira**, Diretora do Conservatório de Música; **Frutuoso Luiz de Araújo**, Diretor da
13 Faculdade de Veterinária; **José Aparecido Granzoto**, Diretor da Faculdade de Medicina; **Jane**
14 **Dias da Costa da Cunha**, Diretora da Faculdade de Ciências Domésticas; **Airton José**
15 **Rombaldi**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Gomercindo Ghiggi**, Vice-Diretor
16 da Faculdade de Educação, no exercício da Direção; **Paulo Bretanha Ribeiro**, Diretor do
17 Instituto de Biologia; **Fábio Vergara Cerqueira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas;
18 **Alvaro Leonardi Ayala Filho**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Maria Amélia**
19 **Soares Dias da Costa**, Diretora do Instituto de Sociologia e Política; **Rita Maria Heck**, Vice-
20 Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, no exercício da Direção; **Wolmer Brod**
21 **Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Nirce Saffer Medvedovski**, Diretora da
22 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **José Beiro Carvalhal**, Diretor da Faculdade de
23 Nutrição; **Hugo Roberto Kaastrup Stephan**, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da
24 Graça; **Alci Enimar Loeck**, representante dos Professores Titulares; **Heitor Alberto Jannke**,
25 representante dos Professores Titulares; **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, representante dos
26 Professores Adjuntos; **Carmem Lúcia Abadie Biasoli**, representante dos Professores
27 Assistentes; **José Carlos Brod Nogueira**, representante dos Professores Assistentes; **Hilton**
28 **Grimm**, representante dos Professores de 1º e 2º Graus; **Lilia Maria da Rosa Pereira**,
29 representante dos Professores de 1º e 2º Graus; **Paulo Jeovane de Figueiredo**, representante do
30 COCEPE; **Everton Barbosa**, **Fred Luiz Tavares Nunes**, **Luciano Farias Mega**, **Maycon**
31 **Schubert**, **Júlio Cesar Araújo das Neves**, **Valdir Robe Júnior** e **Lúcio Uberdan Fernandes**
32 **de Macedo**, representantes Discentes; ; **Carlos Roberto dos Anjos Dillmann**, **Carmem**
33 **Denise Rossbach Bervaldt**, **João Alberto dos Santos Pedroso**, **Rosane Maria Brandão e**
34 **Tanizia Bender**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os seguintes
35 Conselheiros: **André Luiz Haack**, Vice-Reitor; **Anaizi Cruz Espírito Santo**, Diretora do
36 Instituto de Letras e Artes; **Sergio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Instituto de
37 Química e Geociências; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da Faculdade de
38 Meteorologia; **Jonei Domingos Cavali Pesenti**, representante dos Professores Adjuntos;
39 **Renato Rodrigues Al-Alam**, representante dos Professores Auxiliares; **Eduardo Machado**
40 **Rotta**, representante dos Professores Auxiliares; **João Carlos Deschamps**, representante do
41 COCEPE; **Claudio Kroeff**, representante Comunitário; **Ana Carolina Ferreira Kessler**,
42 representante Comunitária; **Leonardo Salum**, representante Comunitário; **Eliana Espinosa**
43 **Pavulack**, e **Maria Laura Pinto Loguércio**, representantes dos Técnicos Administrativos.
44 Constatada a existência de quorum legal, a Senhora Presidente, declarou aberta a sessão,
45 passando ao **Item 01: Eleição de Representantes Docentes junto ao CONDIR**. Leu o artigo



46 do Regimento da UFPel que se refere à composição do Conselho Diretor, tendo o Professor
47 José Aparecido Granzotto sugerido a recondução dos atuais representantes. O Professor Alvaro
48 Ayala Filho perguntou se havia urgência da eleição, ao que a Senhora Presidente respondeu
49 positivamente. A Professora Maria Amélia Dias da Costa sugeriu o nome do Professor Hugo
50 Stephan para substituir o Professor Marcelo Zaffalon Peter, tendo a Senhora Presidente
51 sugerido para suplente do Professor Hugo, o nome do Professor Hilton Grimm. Não havendo
52 mais outras sugestões, foram colocadas em votação as propostas: Hugo Stephan e Hilton
53 Grimm; Cesar Valmor Rombaldi e Sandra Frank; José Beiro Carvalhal e Telmo Pagana Xavier.
54 A Senhora Presidente convidou o Acadêmico Júlio Cesar e a Técnica Administrativa Tanizia
55 Bender para fazer a contagem dos votos tendo sido constatado o seguinte resultado: Cesar
56 Valmor Rombaldi e Sandra Frank – 31 votos; Hugo Stephan e Hilton Grimm – 31 votos; José
57 Beiro Carvalhal e Telmo Pagana Xavier – 31 votos. Constataram-se ainda 11 votos em
58 branco. Ficaram eleitos como representantes docentes junto ao CONDIR os Professores: César
59 Valmor Rombaldi, Hugo Roberto Kaastrup Stephan e Hilton Grimm, com seus respectivos
60 suplentes. **ITEM 2 - Eleição de Representantes Docentes do CONSUN junto ao COCEPE.**
61 Aberto o período para indicação de nomes, a Professora Jane Dias da Costa sugeriu o nome do
62 Professor Airton Rombaldi. O representante discente Maycon Schubert sugeriu o nome do
63 Professor Paulo Bretanha e o Professor Hugo Stephan sugeriu o nome da Professora Lilia
64 Pereira. Não havendo outras indicações, a Senhora Presidente conduziu a votação e convidou o
65 Professor Wolmer Brod Peres e a Técnica Administrativa Rosane Brandão para a contagem dos
66 votos, constatando-se o seguinte resultado: Paulo Bretanha Ribeiro: 19 votos; Lilia Pereira: 09
67 votos; Airton Rombaldi: 16 votos. **ITEM 3 – Recomposição da representação discente junto
68 às Comissões Permanentes do CONSUN.** A Senhora Presidente referiu-se ao Artigo 19 do
69 Regimento da UFPel que trata dessas Comissões, pedindo sugestões de nomes para comporem
70 essas comissões, tendo sido indicados os nomes do Conselheiro Maycon Schubert para a
71 Comissão de Legislação e Normas e Fred Nunes para a Comissão de Administração e Finanças.
72 Sem outras indicações, a Senhora Presidente conduziu a votação e solicitou o auxílio do
73 Técnico Administrativo João Carlos Pedroso e do Professor José Carlos Brod Nogueira para a
74 contagem dos votos, constatando-se o seguinte resultado: para a Comissão de Legislação e
75 Normas, Maycon Schubert: 37 votos favoráveis e 06 votos em branco. Para a Comissão de
76 Administração e Finanças, Fred Nunes: 36 votos favoráveis e 07 votos em branco. A Senhora
77 Presidente agradecendo, passou ao **ITEM 4 – Proposta do Plano de Ação da UFPel
78 2003/2004.** A Senhora Presidente convidou o Professor Paulo Silveira Júnior para relatar o
79 **Processo nº 23110.005619/03-11 da PRPD**, Plano de Ação da UFPel 2003/2004, o qual iniciou
80 falando que iria fazer um relato sucinto e conforme o desdobramento do assunto, poderia fazer
81 um relato mais detalhado. Inicialmente leu o ofício nº 46/2003 – PRPD, de 20 de outubro de
82 2003, dirigido à Presidência do Conselho Universitário. Disse que esse ofício foi um
83 esclarecimento para aqueles que não participaram diretamente para saberem que durante o
84 período de composição do documento houve uma movimentação intensa de todos os
85 componentes das Unidades Acadêmicas. São duas diferenças básicas dos Planos anteriores. A
86 primeira é fundamental desde que refere-se ao fato de que o sistema atualmente está
87 informatizado e no final de exercício será oportunizada a avaliação on-line que já está sendo
88 programada. Disse ser importante que esse documento fosse aprovado na reunião presente e não
89 no final do ano para que pudesse ser divulgado pois, evidentemente, a execução dos projetos e
90 atividades já estava em pleno andamento e restavam apenas dois meses para o encerramento do
91 exercício. A segunda diferença em relação aos anos anteriores está ligada ao fato de ser Plano
92 bianual ou bienal. Além disso é móvel: após a avaliação deste ano, que seguramente seria feita
93 em janeiro, há a oportunidade de, após esta avaliação, mover a proposta do Plano de Ação de
94 2004 que está inserida na Proposta do Plano de Ação presente; mover no sentido de acréscimos
95 ou exclusão de projetos e/ou atividades. Findo seu relato, encaminhou à Presidência do
96 Conselho a proposta de ser votado o Plano de Ação na presente reunião por ter este sido
97 exaustivamente discutido, embora no ofício tivessem sido colocadas duas alternativas:



98 aprovação pelo Conselho no momento atual ou criação de comissão para análise e posterior
99 decisão. A Senhora Presidente deixou a palavra à disposição dos Conselheiros. O Professor
100 Antonio Cesar Gonçalves Borges manifestou-se da seguinte forma: “Magnífica Reitora,
101 Presidente do Conselho e Professor Paulo Silveira, Pró-Reitor. Eu estive olhando a pauta da
102 reunião que me parece, como todos devem imaginar o que eu vou dizer, que tudo é importante.
103 Todos os pontos referidos na pauta são extremamente importantes. De todos, entretanto, eu
104 acho que o mais significativo, o mais importante é esse que se relaciona ao Plano que o
105 Professor Paulo Silveira acabou de referir. Infelizmente eu desconheço uma série de dados do
106 Plano porque obviamente tanto eu quanto os colegas que estão aqui hoje na primeira reunião
107 como representantes dos professores das diferentes categorias docentes, assim como também
108 os alunos, alguns deles, eu acho que estão na mesma posição minha de não conhecerem
109 detalhes sobre o Plano. Realmente, eu concordo, é o item, a meu entendimento, mais
110 importante. Não somente para que se possa avaliar o que foi feito na gestão ou no período da
111 gestão, no período que estamos vivendo, como também o que deverá ser feito em 2004.
112 Inclusive que nós teremos de opinar sobre vários pontos e como disse muito bem o Professor
113 Paulo Silveira, alguns itens poderão ser removidos ou até mesmo eu acredito que o Conselho e
114 as Unidades possam dar sugestões, nós estamos aqui em uma encruzilhada: o tempo é muito
115 exíguo, estamos no final do ano, e por outro lado, eu tenho dificuldades de votar porque não
116 conheço detalhes do Plano que, eu acho, são importantes até mesmo em termos de despesas
117 futuras que a universidade deverá ter ou como isso vai significar em termos de gastos para a
118 universidade. Todos nós sabemos das dificuldades financeiras pelas quais passam todas as
119 nossas Instituições de Ensino Superior no país todo. Então, eu acho que votar sobre isso,
120 embora eu reconheça o trabalho feito pelo Professor Paulo Silveira da mais alta qualidade
121 como sempre é feito, mas eu solicitaria vistas a esse processo e que depois nós pudéssemos
122 votar com mais tranquilidade, mais segurança. Pediria à Presidência da Mesa, vistas ao
123 processo. Obrigada.” O Professor Paulo Silveira Júnior, retomando a palavra, esclareceu a
124 metodologia de trabalho utilizada no projeto, dizendo ter sido ele amplamente debatido e
125 colocado à disposição de tantos quantos desejaram participar. Esclareceu melhor a forma da
126 proposta do Plano bienal móvel e a avaliação do ano anterior. A Senhora Presidente perguntou
127 se haveria mais alguma manifestação e o Professor Antonio Cesar Gonçalves Borges falou: “Eu
128 compreendi perfeitamente bem o que o Professor Paulo Silveira falou anteriormente e agora as
129 suas ponderações. Mas eu acho que, embora todo o Plano que o Conselho irá votar não tenha
130 possibilidades de modificação do Plano 2003 e que certamente poderá ter para 2004, é mais
131 uma razão para que eu ache que teremos de ter o cuidado de conhecer, pelo menos eu, que não
132 tenho condições de votar um Plano que não conheço realmente bem. Portanto, eu solicito
133 realmente e reitero esse meu pedido de vistas ao processo e o fato de retardar a votação pelo
134 Conselho não é uma coisa impossível. Pode ser resolvida e me recordo que já passamos em
135 anos anteriores, certamente alguns conselheiros que estão presentes não participaram dessas
136 reuniões, em que nós fazíamos as reuniões do Conselho Universitário uma semana depois, ou
137 três ou quatro dias depois era resolvido. Até mesmo no dia dos pais já foi feita reunião do
138 Conselho Universitário. Inclusive o Professor Paulo Silveira lembra disso pois ele participou
139 dessas atividades na universidade. Portanto, o fato de retardar mais uma semana, dez dias,
140 quinze dias ou até cinco ou três dias uma reunião do Conselho não impede que se vote este item
141 da pauta.; Portanto eu reitero meu pedido de vistas ao processo.” Não havendo mais nenhum
142 pedido de manifestação, a Senhora Presidente falou que haviam duas situações e que daria o
143 encaminhamento em relação a essas duas situações: 1ª) se referia ao pedido de vistas conforme
144 o artigo 50 do Regimento da Universidade permite; 2ª) proposição do Presidente da Comissão,
145 que levou à frente toda a discussão e elaboração do Plano de Ação da UFPel 2003/2004 de , se
146 não houvesse mais necessidade de esclarecimentos por esse Conselho, que se procedesse a
147 votação ou, alternativamente, que se formasse uma comissão desse Conselho para que viesse a
148 fazer o relato na reunião seguinte. Falou que o pedido de vistas poderia ser negado ou não. A
149 partir dessa posição seria tomada a decisão de votar no Conselho ou constituir a Comissão.

Mour



150 Mesmo que o Conselho decidisse por votar naquela reunião, o pedido de vistas teria que ser
151 votado. A Professora Angela Maria Maas sugeriu que fosse formada uma comissão com a
152 participação do Professor Antonio Cesar Gonçalves, Borges e de representantes discentes, para
153 elaborar relato sobre o processo, tendo a Conselheira Rosane Brandão fortalecido a sugestão da
154 Professora Angela e ressaltou que os alunos não tiveram acesso ao Plano e pediu que as pessoas
155 que não tiveram essa oportunidade fizessem parte da comissão. A Senhora Presidente reiterou
156 que o acesso ao projeto tinha sido aberto durante todos os momentos da sua elaboração, mas
157 mesmo assim, quem decide é o Conselho Universitário em última instância e referiu-se em
158 relação à proposta das duas Conselheiras da seguinte maneira: uma comissão constituída apenas
159 pelos Conselheiros que não participaram na confecção do Plano, a ela parecia que não somaria,
160 sem as contribuições de Conselheiros que haviam participado de todo o projeto. Solicitou do
161 Conselho uma definição de encaminhamento de votação do pedido de vistas do processo ou de
162 constituição da comissão. O Professor Antonio Cesar Gonçalves Borges falou que todas as
163 propostas poderiam ser contempladas da seguinte forma: no momento em que ele pediu vistas
164 ao processo, obviamente ele não ficaria somente com ele e poderiam ser reunidos todos os
165 Conselheiros que não participaram do processo e, assim, a proposta da Professora Angela
166 estaria contemplada. Concordou com a Senhora Presidente quando falou que a comissão não
167 poderia ser composta somente por Conselheiros que não participaram da discussão. Essa
168 comissão seria composta pelo Conselho. Para ganhar tempo seria melhor que fosse permitido
169 vistas ao processo ao mesmo tempo que fosse composta uma comissão. A Professora Angela
170 Maria Maas falou que na verdade, quando colocou a proposta de uma comissão era no sentido
171 de que pudessem ser conciliadas as divergências da melhor forma possível. O que realmente
172 acreditava era que na verdade todos os Conselheiros são Professores e Alunos da Universidade
173 e por esse motivo tinham o dever de, quando a proposta passou nas Unidades para discussão,
174 todos participarem das discussões. Nesse sentido acreditava que era obrigação e dever de todos
175 participarem das várias discussões. Inclusive da reunião que aconteceu no Centro de Integração
176 do Mercosul em uma discussão que foi aberta para todos docentes, acadêmicos e funcionários.
177 Falou que todos tiveram oportunidade de acompanhar a discussão inclusive pela Internet e nesse
178 momento outra alternativa atrasaria a votação. Pediu desculpas aos Conselheiros mas deixou
179 claro que sua posição era aquela. O Professor Paulo Silveira Júnior solicitou para se dirigir ao
180 Conselho Universitário não como relator e sim, como Conselheiro dizendo: “Minha experiência
181 como docente, no cumprimento do dever, iniciou sempre com a apresentação e leitura do plano
182 de ensino para os alunos, no início do semestre. É inadmissível apresentar e aprovar um plano
183 de ação já no final do período planejado”. A Senhora Presidente reiterou toda a seqüência de
184 participação da comunidade universitária e o Professor José Aparecido Granzotto completou a
185 fala da Professora Angela Maria Maas, lembrando da participação de todas as Unidades no
186 debate e formulação da proposta do Plano de Ação. Por sua vez, o Professor Antonio Cesar
187 Gonçalves Borges disse que concordava que fosse retirado o pedido de vistas ao processo, na
188 certeza de que o Conselho iria aprovar a formação da comissão para analisar o projeto. Com a
189 retirada do pedido de vistas do processo, a Senhora Presidente colocou em apreciação pelo
190 Conselho a proposta do Professor Paulo Silveira Júnior com as duas alternativas: 1) votação de
191 Plano de Ação na presente sessão; 2) manifestar-se pela composição de uma comissão que trará
192 ao Conselho em próxima reunião o seu parecer. A primeira proposta obteve 22 votos. A
193 Segunda proposta obteve 17 votos. Foram registradas 03 abstenções. A decisão do Conselho foi
194 submeter a aprovação do Plano na presente sessão e a Senhora Presidente passou a submeter à
195 aprovação do Conselho o Plano de Ação da UFPel para o biênio 2003/2004. Foram registrados
196 24 votos favoráveis e 16 abstenções. **ITEM 5 – Processo nº 23110004368/03-58 da Assessoria**
197 **Comunitária – CEEE/PELOTTAS para Departamento de Material e Patrimônio**, doação
198 de transformador para colonos do Assentamento 25 de Outubro, em favor da CEEE. A Senhora
199 Presidente relatou o processo lendo o parecer da Procuradoria Jurídica e após, a Professora
200 Maria Amélia Soares Dias da Costa reforçou que fosse doado o bem requerido para a CEEE
201 destinado ao Assentamento 25 de Outubro e a Senhora Presidente lembrou que sendo doação, o

Manu



202 processo deveria passar pelo CONDIR. Colocado em votação, a mesma foi aprovada por
203 unanimidade. **ITEM 6 – Processo nº 23110.002960/03-42 da ESEF**, encaminha o Projeto do
204 Curso de Pós-Graduação em Nível de Especialização com área de concentração em Educação,
205 Corpo e Qualidade de Vida, relatado pelo Professor Marcos Antonio Bacarin, não se
206 verificando manifestações, foi colocado em votação, verificando-se aprovação por unanimidade.
207 **ITEM 7 - Processo nº 23110.003670/03-06 da FEA** – Criação do Curso de Gestores de
208 Recursos Hídricos, em nível de Especialização, relatado pelo Professor Marcos Antonio
209 Bacarin e não havendo manifestações, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.
210 **ITEM 8 – Processo nº 2110.003589/03-81 da BIOTECNOLOGIA AGRÍCOLA** – Criação
211 do Curso de Mestrado em Biotecnologia Agrícola. Após relatado, sem manifestações dos
212 Conselheiros, foi votado e aprovado por unanimidade. **ITEM 9 – Processo nº**
213 **23110.002252/03-02, do DEPARTAMENTO DE MICROBIOLOGIA E**
214 **PARASITOLOGIA DO IB**, encaminha o Projeto de Criação do Programa de Pós-Graduação
215 ao Nível de Mestrado em Parasitologia. Relatado o processo, e não havendo manifestações, foi
216 colocado em votação, e aprovado por unanimidade. **ITEM 10 – Processo nº 23110.006984/02-**
217 **71 de WILSON MARCELINO MIRANDA**, solicita revisão da pontuação da GED.
218 Encaminha alterações de registros equivocados nas atividades de extensão, sendo sugerido e
219 aprovado que retorne ao Departamento para cumprir o solicitado pelo CONSUN. Item 11 –
220 Processo nº 23110.005555/01-79 de JABR HUSSEIN DEEB HAJ OMAR, solicita concessão da
221 gratificação de estímulo à docência, que após relato da CLN, o Professor Fábio Vergara
222 Cerqueira, solicitando a palavra, reiterou sua posição de apoio ao pedido do Professor Jabr
223 Omar, baseado em detalhada leitura dos documentos que fazem parte do processo e baseado em
224 diferentes aspectos mas fundamentalmente em um aspecto que é balizador do seu direito que é o
225 fato de que desde 1997, uma portaria lhe nomeou coordenador, com função pedagógica, de uma
226 comissão gratificada com função pedagógica do Curso de Pós-Graduação em Integração
227 Regional, salientando que o Artigo 12 da Portaria nº 708 de 27 de agosto de 22001, em seu
228 parágrafo primeiro diz que o docente em exercício em função gratificada FG1 ou FG2 ou de
229 cargo em comissão considerado de gestão acadêmica, terá assegurados 84 pontos em ensino,
230 dos pontos de horas-aula em média ministrados no ano atendido. Conforme esse parágrafo,
231 tanto para 1998 como para 1999 lhe assegurariam o direito de 60% do valor total da GED. No
232 entanto, a seqüência do parágrafo 1º diz o seguinte: “...dos pontos de horas-aula em média
233 ministrados do ano atendido o estabelecido no artigo 5º dessa resolução podendo também
234 acrescer a pontuação obtida nas demais atividades contempladas nessa portaria até os limites
235 nela estabelecidos. Isso significa que mesmo que ele não complete a média anual no ano de
236 1998, somadas as disciplinas ministradas na FURG e na UFPel, uma vez que lhe assiste o
237 direito dos 84 pontos somados com a média da pontuação de aula que soma um pouco mais de
238 60%, lhe excederiam os 140 pontos, o que lhe garantiria portanto para o ano de 1998, a
239 integralidade da GED. No caso do ano de 1999 a situação é diferente e lhe garantiria somente os
240 60%. O Professor José Beiro Carvalhal explicou que o processo está mal encaminhado em
241 função da legislação em relação ao ano solicitado. Professor Gomercindo Gighi perguntou se
242 em 1998 esse docente era professor da FURG e veio para a UFPel. Queria saber se o ônus da
243 GED estava com a FURG. A Professora Maria Amélia Dias da Costa, da CLN, respondeu que o
244 professor foi pontuado pela FURG e logo é ela que deve responder pela concessão da GED. A
245 Senhora Presidente do CONSUN, sugeriu que fosse o assunto discutido pela CLN para verificar
246 se constam do processo todos os elementos para decisão e que o processo retornasse na próxima
247 reunião. **ITEM 12 – Processo nº 23110.004433/03-18 do COLEGIADO DO CURSO DE**
248 **ADMINISTRAÇÃO**, encaminha proposta de modificação da composição dos Conselhos
249 Departamentais. Relatado o processo pela CLN, o Professor Paulo Bretanha Ribeiro perguntou
250 se no caso do Instituto de Biologia, onde oferecem cursos de Licenciatura e Bacharelado, por
251 exemplo, o Curso de Ciências Biológicas que oferece Licenciatura e Bacharelado, estes cursos
252 seriam considerados cursos distintos ou um único curso, bem como se os cursos de Pós-
253 Graduação: nível de Mestrado e Doutorado. Seriam considerados um único curso ou cursos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2003 – FLS. 6 de 06

254 distintos? Isso deveria ser definido. O Professor Alvaro Ayala Filho questionou se esta
255 representação era definida no Estatuto e no Regimento da Universidade, significaria uma
256 alteração no Regimento, ao que a Senhora Presidente respondeu que certamente acontecerão
257 alterações no Regimento e Estatuto da UFPel e essas alterações preveem o assento de um
258 Coordenador representando os diversos cursos de graduação e pós-graduação nos Conselhos
259 Departamentais. Propôs, finalmente à CLN, que faça um encaminhamento global a todas as
260 Unidades Acadêmicas, para um estudo de forma abrangente que a partir daí, poderá o CONSUN
261 se manifestar. O Professor Alci Enimar Loeck, manifestou-se sobre a questão colocada pelo
262 Professor Paulo Betanha, dizendo que em relação a Mestrado e Doutorado, existe um
263 “Programa de Pós-Graduação” e manifestou-se também em relação à representação discente no
264 CD, tendo o Conselheiro Maycon Schubert falado sobre a intenção dos discentes da graduação
265 reivindicarem um diálogo com os alunos de Pós-Graduação. A Professora Angela Maas
266 manifestou que essa questão era complexa mas achava que deveria ser mudada a estrutura da
267 Pós-Graduação, para possibilitar a participação das Direções das Unidades no Colegiado de
268 Curso de Pós-Graduação. A Senhora Presidente, sugeriu encaminhamento para a CLN para
269 proceder uma proposta destes diversos pontos para serem debatidos pela Comunidade. Por sua
270 vez o Professor Alci Enimar Loeck, solicitou que seja feito uma revisão no Regimento Geral da
271 UFPel, composto quando a Universidade não possuía tantos cursos de Pós-Graduação. A
272 Senhora Presidente comentou que a adaptação do Regimento havia sido encaminhada à CLN,
273 que solicitou um prazo maior para estudo mais aprofundado. A Senhora Presidente colocou em
274 votação a proposta da Presidente da CLN para que os três processos fossem retirados de pauta
275 para uma análise mais consistente, cuja aprovação obteve 31 votos favoráveis e 01 abstenção.
276 **ITEM 13 – Processo nº 23110.001847/03333-02 da COMISSÃO PERMANENTE DE**
277 **PESSOAL DOCENTE**, informa a aprovação da proposta que visa a regulamentação do prazo
278 dos recursos relativos à GED/2003. O parecer da CLN foi colocado em apreciação pelo
279 Conselho. Sem manifestações, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **ITEM 14**
280 **– Processo nº 23110.007256/02-50 de HELENA RODRIGUES KANAAN**, solicita inclusão
281 de atividades que não constaram no RAAD. Pelo parecer da CLN, a requerente faz jus à nova
282 contagem de pontos. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade. **Item 15 – Processo**
283 **nº 23110.003794/02-20 do DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA RESTAURADORA**,
284 encaminha alterações na Estrutura Regimental do Curso de Pós-Graduação a Nível de
285 Mestrado. Relatado o parecer da CLN e colocado em votação foi aprovado com 28 votos
286 favoráveis e 01 abstenção. Cumprida a pauta, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos
287 Conselheiros e deu por encerrada a reunião às 18:35 horas. Do que para constar,
288 eu *Roseméri* Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a
289 presente Ata que, após aprovada, será igualmente assinada pela Senhora Presidente.

Inquirido 5 de Junho